

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3393/2020-PGJ, DE 23.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Marcos Roberto Dietz, Tiago Di Giulio Freire, Gerson Eduardo de Araújo e Thalys Franklyn de Souza para, sem prejuízo de suas funções, prestarem apoio nas fases de persecução penal do Processo nº 0003839-30.2017.8.12.0001, em trâmite na 6ª Vara Criminal Residual da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3394/2020-PGJ, DE 23.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 3187/2020-PGJ, de 6.10.2020, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 4 a 11.11.2019 e 10 a 17.2.2020, que seriam usufruídos nos dias 21 e 22.10.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3395/2020-PGJ, DE 23.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2322/2020-PGJ, de 30.6.2020, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini 10 (dez) dias de férias remanescentes, sendo 6 (seis) dias referentes ao período aquisitivo 2017/2018 e 4 (quatro) dias referentes ao período aquisitivo 2019/2020, que seriam usufruídos no período de 3 a 12.11.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3396/2020-PGJ, DE 23.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, no dia 10.9.2020, as férias do Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida, concedidas por meio da Portaria nº e-17/2020-PGJ, de 6.8.2020, tendo em vista concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3304/2020-PGJ, DE 15.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016, conforme segue:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	30	1º a 30.11.2020
Juliana Nonato	20	13.10 a 1º.11.2020
Matheus Macedo Cartapatti	30	1º a 30.10.2020
Paulo Leonardo de Faria	30	3.11 a 2.12.2020
Paulo César Zeni	23	30.9 a 22.10.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3397/2020-PGJ, DE 23.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 14.4, 12 e 13.5 e 9 e 10.6.2018, a serem usufruídos nos dias 9, 10, 11, 12 e 13.11.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3398/2020-PGJ, DE 23.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 28, 29 e 30.10 e 3.12.2016, a serem usufruídos no período de 3 a 6.11.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3399/2020-PGJ, DE 23.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Amambai, Thiago Barbosa da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Iguatemi, no julgamento do Processo nº 0000422-59.2020.8.12.0035, no dia 13.11.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3402/2020-PGJ, DE 26.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Amambai, Nara Mendes dos Santos Fernandes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar no Juizado Especial Adjunto e nos processos judiciais da Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi, a partir de 9.11.2020, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3403/2020-PGJ, DE 26.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 9.11.2020, a Portaria nº 2222/2020-PGJ, de 22.6.2020, que designou a 1ª Promotora de Justiça de Mundo Novo, Lenize Martins Lunardi Pedreira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Iguatemi.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3404/2020-PGJ, DE 26.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 9.11.2020, a Portaria nº 2136/2020-PGJ, de 10.6.2020, que designou a 1ª Promotora de Justiça de Mundo Novo, Lenize Martins Lunardi Pedreira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos processos judiciais da Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3405/2020-PGJ, DE 26.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 23 a 30.9.2019, a ser usufruído no dia 30.10.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3406/2020-PGJ, DE 26.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Rio Brillante, Alexandre Rosa Luz, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Batayporã, no dia 27.10.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3407/2020-PGJ, DE 27.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Dourados, José Antonio Alencar, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca, no período de 3 a 12.11.2020, em razão de férias da Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3408/2020-PGJ, DE 27.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Mundo Novo, Lenize Martins Lunardi Pedreira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 30.11 a 19.12.2020, em razão de férias da Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3410/2020-PGJ, DE 27.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Sidrolândia, Bianka Machado Arruda Mendes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos procedimentos extrajudiciais da Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti, nos protocolos, nos atendimentos, nas visitas técnicas, no GAEP e em eventuais outros expedientes de natureza extrajudicial, no período de 9 a 13.11.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3411/2020-PGJ, DE 27.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Rio Brilhante, Jorge Ferreira Neto Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Nova Alvorada do Sul, no período de 9 a 13.11.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3412/2020-PGJ, DE 27.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Fabricio Secafen Mingati, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, a partir de 6.11.2020, pelo período de 1 (um) ano.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3413/2020-PGJ, DE 27.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2303/2020-PGJ, de 30.6.2020, na parte que estabeleceu o período de conversão da Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó, de forma que, onde consta: “3 a 12.11.2020”; passe a constar: “13 a 22.11.2020”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3425/2020-PGJ, DE 27.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Matheus Carim Buckner 15 (quinze) dias de licença-paternidade, a partir de 22.10.2020, e 5 (cinco) dias, em prorrogação, nos termos dos artigos 139, inciso VI, e 154 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 153, de 6.7.2011, e da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3426/2020-PGJ, DE 27.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de São Gabriel do Oeste, Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Promotoria de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Verde de Mato Grosso, no período de 22.10 a 10.11.2020, em razão de licença do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3427/2020-PGJ, DE 27.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 21ª Zona Eleitoral, no período de 22.10 a 10.11.2020, em razão de licença do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3387/2020-PGJ, DE 22.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça aposentada Maria Elisabete Dias Gaeta da Cunha a isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte e a redução do cálculo de contribuição para o Regime de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul, MSPREV, nos termos do artigo 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 22.12.1988, e do artigo 22, §§ 1º e 2º, da Lei nº 3.150, de 22.12.2005, com efeitos a partir de abril de 2018; e revogar a Portaria nº 2163/2020-PGJ, de 16.6.2020 (Processo PGJ/10/0794/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3389/2020-PGJ, DE 23.10.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Gabriel Ignácio Lopes para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na Promotoria de Justiça de Água Clara, decorrente da exoneração de Ana Claudia Vieira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**COMISSÃO ELEITORAL****AVISO Nº 02/2020/CE/CSMP**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I, do § 5º, do artigo 10, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e o art. 8º da Resolução nº 05/2020-CPJ, de 25 de setembro de 2020, torna pública a **relação dos candidatos habilitados** para concorrer à eleição para Conselheiro do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para o biênio 2021-2022:

Candidatos habilitados:

Alexandre Lima Raslan;
Ariadne de Fátima Cantú da Silva;
Aroldo José de Lima;
Esther Sousa de Oliveira;
Evaldo Borges Rodrigues da Costa;
Francisco Neves Júnior;
Gerardo Eriberto de Moraes;
Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya;
Mara Cristiane Crisóstomo Bravo e
Silasneiton Gonçalves.

Campo Grande, 27 de outubro de 2020.

OLAVO MONTEIRO MASCARENHAS

Procurador de Justiça e
Presidente da Comissão Eleitoral

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS**AVISO Nº 66/2020-GED****XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), considerando a inexistência de candidatos a serem convocados nas comarcas de Ponta Porã e São Gabriel do Oeste, torna pública a **OPORTUNIDADE** aos candidatos aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários, homologado por meio do Aviso nº 1/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.031, de 16 de agosto de 2019, e prorrogado por meio do Aviso nº 21/2020-SGP, de 22 de julho de 2020, publicado no DOMP nº 2.251, de 23 de julho de 2020, para estágio de Ensino Superior, área de Direito, nível de pós-graduação, **ainda não empossados**, para manifestação de interesse de exercício **presencial** em cidade diversa daquela pela qual originalmente optaram, **nas comarcas de PONTA PORÃ e SÃO GABRIEL DO OESTE**, em atenção ao disposto no item 4.2, subitens 4.2.1 e 4.2.2, do Capítulo VIII do Edital nº 1/2019-XXIIPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 1.949, de 15 de abril de 2019.

Os candidatos aprovados no XXII Processo Seletivo de Estagiários do MPMS interessados em assumir as vagas em disponibilidade nas Promotorias de Justiça de Ponta Porã e São Gabriel do Oeste deverão se manifestar, impreterivelmente, no prazo de 2 (dois) dias úteis a partir da publicação deste Aviso (iniciada a contagem do prazo no primeiro dia útil seguinte a esta), por meio do preenchimento do **Anexo Único** (Manifestação de Interesse de Estágio), que deverá ser enviado ao endereço eletrônico ged@mpms.mp.br.



Os candidatos que fizerem a opção pelas vagas oferecidas neste Aviso e forem convocados para exercer o estágio nas Promotorias de Justiça das comarcas de Ponta Porã e São Gabriel do Oeste automaticamente serão excluídos da lista original relativa à cidade pela qual optaram no momento da inscrição, conforme previsto no Edital nº 1/2019-XXIIPSE-MPMS, Capítulo VIII, item 4 e respectivos subitens.

Como critério de classificação, será considerada a nota final de cada candidato, observado o Anexo V do Edital nº 13/2019-GED, republicado no DOMP nº 2.026, de 9 de agosto de 2019, p. 55 a 68, utilizando-se os critérios de desempate previstos no Edital nº 1/2019-XXIIPSE-MPMS, Capítulo VIII, item 2.

Campo Grande, 27 de outubro de 2020.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

ANEXO ÚNICO DO AVISO Nº 66/2020-GED

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE EXERCÍCIO PRESENCIAL EM CIDADE DIVERSA

Eu, (nome)_____, (nacionalidade)_____, (estado civil)_____, residente e domiciliado(a) no(a)_____nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, aprovado(a) no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 1/2019/GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.031, de 16 de agosto de 2019, e prorrogado por meio do Aviso nº 21/2020-SGP, de 22 de julho de 2020, publicado no DOMP nº 2.251, de 23 de julho de 2020, venho, por meio deste documento, diante da oportunidade concedida no Aviso nº 66/2020-GED, formalizar meu **INTERESSE EM EXERCER O ESTÁGIO PRESENCIAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, NA COMARCA DE _____ (PONTA PORÃ OU SÃO GABRIEL DO OESTE)**, assumindo o compromisso de aguardar **aviso de convocação** para apresentar os documentos constantes do item 11 do Capítulo X (Da Convocação e Admissão) do referido edital, no prazo a ser estipulado na convocação futura, a fim de que seja confeccionado o Termo de Compromisso de Estágio.

Por fim, declaro ter ciência da disposição expressa contida no Capítulo VIII (Do Resultado e da Classificação), subitem 4.3, do mencionado edital¹.

(Cidade)_____, (Estado)_____, (dia)_____ de (mês)_____ de 2020.

Nome completo do(a) candidato(a)

¹ “O candidato que for convocado para exercer o estágio em qualquer das listas fica automaticamente excluído da outra lista, ou seja, se nomeado na lista da cidade pela qual optou no momento da inscrição para estagiar, fica excluído da lista geral e vice-versa.”

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/PGJ/2016**

Processo: PGJ/10/2997/2016

Partes:

1- Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- CORREIO DO ESTADO S.A., representado por **Marcos Fernando Alves Rodrigues**.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e, artigo 65, inciso II, alínea “d”, e §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogação de vigência** contratual por mais 12 (doze) meses, **reajuste do valor contratado**, aplicando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e **redução do valor contratual**, em 10% (dez por cento), em decorrência da Portaria nº 1181/2020-PGJ, de 6 de abril de 2020, que determina contingenciamento em até 20% (vinte por cento) nas despesas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até 31 de dezembro de 2020.

Valor anual estimado: R\$ 15.469,38 (quinze mil quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e oito centavos) para os pagamentos de 03.11.2020 até 31.12.2020, por força da Portaria nº 1181/2020-PGJ, de 6 de abril de 2020, e, R\$ 17.188,19 (dezesete mil cento e oitenta e oito reais e dezenove centavos) para os pagamentos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Vigência: 03.11.2020 a 03.11.2021.

Data de assinatura: 27 de outubro de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00002575-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul, Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul, Município de Campo Grande, Grand Park Hotel Ltda., Jair Pandolfo

Objeto(s): Fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações constantes da sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº MP 08.2020.00094027-2.

Campo Grande, 26 de outubro de 2020

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2020/GAEP/MS

Procedimento Administrativo nº 09.2019.000025810

Recomendada: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – Agepen/MS

Finalidade: Propor à AGEPEN/MS que seja elaborada uma Nota Técnica ou outro documento similar, com o objetivo de regulamentar o processo e os critérios a serem utilizados na seleção de mão de obra para trabalho nas Unidades Penais.



CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público fiscalizar a execução da pena, bem como instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, além de expedir recomendações para a tutela de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que compete ao Grupo de Atuação Especial da Execução Penal-GAEP a expedição de recomendações para a solução de problemas identificados nas deliberações do Grupo, bem como propor a implementação de projetos que objetivem a reinserção social do interno e do egresso do sistema carcerário e socioeducativo, através de capacitação profissional, bem como de outros projetos que auxiliem e promovam a ressocialização, nos termos da Resolução nº 20/2010-PGJ, de 9 de novembro de 2010;

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro, destacando a sua acentuada utilidade para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público;

CONSIDERANDO que a Carta de Brasília² estabelece, dentre as diretrizes referentes ao Ministério Público, *a adoção de postura resolutiva amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, exigindo-se, para tanto, atuação racional do mecanismo de judicialização nos casos em que a via não seja obrigatória e indispensável, devendo o membro analisar se realmente a judicialização é o caminho mais adequado e eficiente para o caso*³, além do *esgotamento das alternativas de resolução extrajudicial dos conflitos, controvérsias e problemas, com o incremento da utilização dos instrumentos como a Recomendação (...)*⁴;

CONSIDERANDO que a administração pública tem como princípios basilares encartados no art. 37 da Constituição Federal a “legalidade” e a “eficiência”, de modo que ao Estado administrador incumbe dar efetividade a políticas públicas capazes de controlar a criminalidade, sem se olvidar da necessária estruturação e ao funcionamento do sistema carcerário como um todo, pois a legislação constitucional e infraconstitucional assim o determina;

CONSIDERANDO que a Magna Carta determina, em seu art. 1º, inciso IV, os valores sociais do trabalho como fundamento da República Federativa do Brasil, além de ter estabelecido no *caput* do art. 5º a igualdade de todos perante a lei, e ainda, no art. 6º, *caput*, assegurado o trabalho como direito social;

CONSIDERANDO que o art. 28 da Lei de Execução Penal – Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, estatui que *o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva*; além disso, seu art. 32 estabelece que *na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado*;

CONSIDERANDO o Decreto estadual nº 12.140⁵, de 17 de agosto de 2006, que estabelece, tão somente, diretrizes genéricas quanto ao trabalho interno nas Unidades Penais de Mato Grosso do Sul (artigo 49⁶);

CONSIDERANDO que, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a disponibilização de trabalho interno e externo para os presos e egressos do sistema prisional, tanto no aspecto quantitativo quanto no aspecto qualitativo, ainda carece de regulamentação e de instrumentos que possibilitem uma efetiva ressocialização dos apenados;

CONSIDERANDO que compete à Comissão Técnica de Classificação das Unidades Penais emitir parecer sobre a viabilidade de trabalho interno e ou externo se for o caso, nos termos do Art. 16, V, do Decreto nº 12.140, de 17 de

² Acordo celebrado em 22 de setembro de 2016, na ocasião do 7º Congresso de Gestão do CNMP realizado em Brasília-DF, entre a Corregedoria Nacional e as Corregedorias-Gerais dos Estados e da União, com o objetivo de modernizar o controle da atividade extrajudicial pelas Corregedorias do Ministério Público, bem como o fomento à atuação resolutiva do MP Brasileiro.

³ Alínea “b”, item 6.

⁴ Alínea “n”.

⁵ Dispõe sobre o regimento interno básico das Unidades Prisionais do Estado de Mato Grosso do Sul.

⁶ Art. 49. O trabalho interno será desenvolvido por meio de qualquer atividade regulamentada, que tenha por objetivo o aprendizado, a formação de hábitos sadios de trabalho, o espírito de cooperação e socialização do preso.



agosto de 2006⁷;

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício nº 1235/DAP/GAB/AGEPEN/2020, por meio do qual a AGEPEN/MS informou que foram expedidas apenas circulares às Unidades Penais do Estado, no ano de 2018, com orientações acerca da inserção de custodiados nas vagas ofertadas por empresas conveniadas;

CONSIDERANDO que as normas estaduais continuam manifestamente insuficientes em relação à fixação de critérios para seleção de mão de obra para trabalho nos Estabelecimentos Penais, de modo que a Comissão Técnica de Classificação, ou outra equipe designada, das Unidades Penais fica encarregada de estabelecer tais critérios;

CONSIDERANDO que a definição de critérios uniformes para seleção de mão de obra para trabalho, a ser observados por todos os Estabelecimentos Penais do Estado, é de suma importância para o efetivo cumprimento da ressocialização do apenado, dos valores sociais do trabalho e do princípio da dignidade humana;

CONSIDERANDO a necessidade de emissão de documento normativo, no âmbito da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, a fim de regulamentar os critérios mínimos e objetivos, com transparência para acompanhamento da ordem e indicação dos internos para os postos de trabalho, sobretudo os remunerados.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, inciso II, da Constituição Federal, pelo artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e pelo artigo 5º e 44 da Resolução n. 015/2007/PGJ, de 27 de novembro de 2007, resolve RECOMENDAR à Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS, na pessoa de seu diretor-presidente *Aud de Oliveira Chaves*, que adote providências no sentido de fixar critérios de observância obrigatória, para seleção de mão de obra para trabalho nas Unidades Penais do Estado de Mato Grosso do Sul, com as seguintes ações sugestivas:

1. Elaborar uma Nota Técnica ou outro documento similar com a discriminação dos seguintes critérios: (1.1) quanto ao trabalho interno, critérios objetivos de tempo mínimo na Unidade Prisional, antiguidade, quantidade de dependentes, condição financeira familiar; e critérios subjetivos de bom comportamento carcerário; aptidão e habilidade do apenado para a vaga (experiência profissional, especialização, entre outros); (1.2) em relação ao trabalho externo, além de todos os critérios antes mencionados, a verificação da compatibilidade da gravidade do delito com a atividade a desempenhar e/ou do risco de fuga do apenado.

2. Conferir ampla divulgação da Nota Técnica ou do documento similar a ser elaborado com base na presente Recomendação a todas as unidades penais do estado de Mato Grosso do Sul, a fim de que seja dada observância obrigatória pelas respectivas direções prisionais.

3. Disponibilizar a Nota Técnica ou o documento similar com os para consulta no SIAPEN.

Sendo assim, de acordo com o determinado no art. 45, *caput*, da Resolução nº 015/2007/PGJ, aguarda-se o prazo de 30 dias para o recomendado responder, por escrito, sobre a adoção ou não da presente recomendação, estabelecendo um prazo para a elaboração da Nota Técnica ou outro documento similar, em caso positivo.

Deverão, ainda, com fundamento no parágrafo único do art. 45 da Resolução nº 015/2007/PGJ, providenciar, *incontinenti*, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação, sem prejuízo da que deverá ser determinada por este *Parquet* no âmbito do Diário Oficial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul – DOMP/MS.

Campo Grande/MS, 23 de outubro de 2020

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador de Justiça e Coordenador do GAEP

JISKIA SANDRI TRENTIN
50ª Promotora de Justiça e Coordenadora-Adjunta do GAEP

⁷ Dispõe sobre o regimento interno básico das Unidades Prisionais do Estado de Mato Grosso do Sul.



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AQUIDAUANA

EDITAL N.º 001/2020-1ªPJCA

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data da publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de documentos n. 001/2020, referentes aos documentos da 1ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do disposto no artigo 12 da Resolução n. 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, à 1ª Promotoria de Justiça de Aquidauana (1pjaquidauana@mpms.mp.br), até o dia 06 de novembro de 2020.

Aquidauana - MS, 26 de outubro de 2020.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS N.º 001/2020

PROVENIÊNCIA – 1ª Promotoria de Justiça de Aquidauana			PROCEDÊNCIA – 1ª Promotoria de Justiça de Aquidauana		
Órgão / Setor: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA			Órgão / Setor 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA		
TIPO DOCUMENTAL			JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL				ANO INICIAL	ANO FINAL
CLASSE	SUB CLASSE	DOCUMENTO	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
200	066	Procedimento Administrativo Interno 007/99	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	1999	2003
	066	Ped. Providências/96		1996	2000
	066	Ped. Providências (Carta/Sureg-MS n. 1384/98)		1998	2002
	066	Ped. Providências/98 (esgoto Copleisul)		1998	2002
	066	Ped. Providências 001/99		1999	2003
	066	PIP 001/98		1998	2002
200	021	IC 002/97		1997	2017
		IC 004/97		1997	2017
		IC 005/97		1997	2017
		IC 002/98		1998	2018
200	066	Ped. Providências – Chácara “Vai ou Racha”		1996	2000
200	066	Pedido de Providências s/nº		1996	2000
	066	PIP 001/99		1999	2003
	066	PIP 002/99		1999	2003
	066	PIP 003/99		1999	2003
	066	PIP 004/99		1999	2003
200	066	Ped. Providências 002/2002		2002	2006
	066	Ped. Providências 004/2002		2002	2006
	066	Ped. Providências s/nº		2002	2006
200	066	Ped. Providências 001/2001		2001	2005
	066	Ped. Providências 005/2001		2001	2005
	066	Ped. Providências 003/2002		2002	2006
	066	Ped. Providências 007/2002		2002	2006

200	066	Ped. Providências 001/2002		2002	2006
	066	Ped. Providências 002/2001		2001	2005
	066	Ped. Providências (DIB)		2003	2007
	066	Ped. Providências		2003	2007
	066	Ped. Providências		2002	2006
	066	Ped. Providências		2003	2007
	066	Ped. Providências		2004	2008
	066	Ped. Providências (06-AN)		2003	2007
	066	Ped. Providências (06)		2003	2007
	066	Ped. Providências Adriana Josefa de Oliveira		2003	2007
	066	Ped. Providências - Júlia Aparecida do Nascimento		2003	2007
	066	Ped. Providências Rozane Rodrigues		2004	2008
	066	Ped. Providências Marilene Toledo Mendes		2004	2008
	066	Ped. Providências(CT-AN)		2004	2008
	066	Ped. Providências (02 - CT)		2004	2008
	066	Ped. Providências Nelson Souto Vargas		2005	2009
	066	Ped. Providências – Cristian de Jesus Rolon Alfonso	2007	2011	
	066	Ped. Providências 001/2008	2008	2012	
200	021	IC 002/1996	1996	2016	
200	066	Ped. Providências s/nº	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	1993	1997
	066	Ped. Providências		2002	2006
	066	Ped. Providências		2002	2006
	066	Ped. Providências		2003	2007
	066	Ped. Providências		2003	2007
	066	Ped. Providências		2003	2007
	066	Ped. Providências		2003	2007
	066	Ped. Providências		2003	2007
	066	Ped. Providências		2003	2007
	066	Ped. Providências		2003	2007
	066	Ped. Providências		2003	2007
	066	Ped. Providências		2003	2007
	066	Ped. Providências		2003	2007
	066	Ped. Providências		2003	2007
	066	Ped. Providências		2005	2009
200	066	Ped. Providências/2002		2002	2006
	066	Ped. Providências/2001 AN		2001	2005
	066	Ped. Providências/2001 AN		2001	2005
	066	Ped. Providências/2002		2002	2006
	066	Ped. Providências/2002		2002	2006
	066	Ped. Providências/2003		2003	2007
	066	Ped. Providências/2003		2003	2007
	066	Ped. Providências/2003		2003	2007
	066	Ped. Providências/2003		2003	2007
	066	Ped. Providências/2003		2003	2007
	066	Ped. Providências/2003		2003	2007
	066	Ped. Providências/2004		2004	2008
	066	Ped. Providências/2004		2004	2008
	066	Ped. Providências/2004	2004	2008	
	066	Ped. Providências/2004	2004	2008	
	066	Ped. Providências/2005	2005	2009	
	066	Ped. Providências 001/2006	2006	2010	



	066	Ped. Providências 005/2006		2006	2010
	066	Ped. Providências/2003		2003	2007
	066	Ped. Providências/2003		2003	2007
	066	PA 001/1999		1999	2003
	066	PA interno 002/1999		1999	2003
	066	PA interno 021/1999		1999	2003
	066	PA interno 019/2001		2001	2005
200	065	Procedimento de Averiguação Oficiosa de Paternidade n. 025/2006		2006	2010
200	003	Livro de registro de procedimentos instaurados pela Promotoria eleitoral da 10ª ZE	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2004
		Livro de registro de procedimentos – cível residual		2002	2008
		Livro de registro de procedimentos – Habitação e Urbanismo		2000	2008
		Livro de registro dos autos de pedidos de providências		2002	2008
		Livro de registros de documentos vindos dos Cartórios de Registro Civil e da Direção do foro		2006	2011
		Livro de registro de IC		1987	2008
		Livro de registro de IC		1993	1993
		Livro de registro de pedidos de providências		2002	2008
		Livro de registro de IC e PEPROV		2001	2001
		Livro de registro de PIP		1999	2001
200	020	IC 001/2001		2001	2011
200	066	Ped. Providências		2001	2005
		Ped. Providências		2001	2005
		Ped. Providências		2003	2007
		Ped. Providências		2004	2008
		Ped. Providências		2004	2008
		Ped. Providências		2007	2011
200	066	PIP 005/2009		2009	2013
		PIP 007/2009		2009	2013
		PIP 011/2009		2009	2013
		PIP 001/2010		2010	2014
		PIP 020/2010		2010	2014
		PIP 023/2010		2010	2014
		PIP 001/2011		2011	2015
		PIP 003/2011		2011	2015
		Ped. Providências 008/2008		2008	2012
200	050	Notícias de Fato 005, 006, 007, 008, 009, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019 e 020/2012		2012	2015
200	003	Livro de Registro de cartas precatórias de 2002 a 2012		2002	2012
000	001	Envelopes com documentos de serviços diversos de 2014 (impressões, correios e controle de ligações)		2014	2016
000	001	Serviços diversos 2014 (transportadora, informática e impressões) e pedidos de água (notas já remetidas à PGJ)		2014	2016
200	038	Recomendação 004/2011		2011	2013
200	050	Notícias de Fato de 2012		2012	2015



200	013	Petições – criminal e execução penal - 2012		2012	2014
200	013	Petições – criminal e execução penal - 2013		2013	2015
200	013	Petições – cíveis de 2012		2012	2014
200	013	Petições – cíveis de 2013		2013	2015
200	013	Petições – infância de 2013		2013	2015
200	071	Denúncias (representações - infância) 2012		2012	2014
200	071	Denúncias (meio ambiente) 2012		2012	2014
200	071	Denúncias (meio ambiente)		2013	2015
200	081	Controle de processos (recebidos e devolvidos) – Juizado Especial Criminal, Criminal e Cível		2014	2016
200	005	Controle de carga de inquéritos		2014	2015
000	002	Ofícios expedidos		2014	2016
200	020	IC 004/1998		1998	2018
200	066	PA 041/1998		1998	2012
		Pe Prov 001/2006		2006	2010
		PIP 001/2008		2008	2012
		PIP 006/2009		2009	2013
200	006	Livro de registro de PIP e PIC (2008 a 2011)	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2008	2011
200	009	Carta Precatória 005/2015		2015	2015
		Carta Precatória 006/2015		2015	2015
		Carta Precatória 009/2015		2015	2015
000	051	Cópias de contratos de água e outros serviços de 2012, 2014 e 2015 - Originais enviados para a PGJ		2012	2015
000	003	Ofício recebido N. 207/2013/D.Adm/AAAH		2013	2015
200	050	Notícias de Fato de 2014: 005, 007, 008, 009, 010, 011, 014, 018, 019, 021, 022, 023, 024, 025, 031, 034, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043, 044, 045 e 046	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2014	2017
200	066	Pedidos de Providências (já registrados PAs)		2003	2007
200	050	Notícia de Fato 001/2013		2013	2016
200	050	Notícias de Fato de 2015: 001, 002, 003, 009, 010, 011, 014, 015, 016, 017, 021, 022, 025, 026 e 029		2015	2018
200	066	PeProv/2001 PeProv 002/2002 PeProv/2003 Pe Prov/2003 PeProv/2003 PeProv/2004 Registradas NFs respectivas		2001 2003 2003 2003 2003 2004	2004 2006 2006 2006 2006 2007
200	066	Pedidos de Providências: - Juízo Vara Criminal AQ/2001 - Juízo Vara Criminal AQ/2001 - 004/2001 - 001/2003 - 002/2003 - de Aquidauana/2003 (são 21) - de Anastácio/2003 (são 06) - Sargento PM/2004 - Inês Ferreira Lacerda/2004 - Matilde Oliveira Ferreira/04	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2001 a 2004	2008
200	056	Infância (termos de audiência) de 2015		2015	2017



000	003	Infância (ofícios recebidos do Conselho Tutelar)		2015	2017
200	013	Infância (petições iniciais)		2015	2017
000	008	Administrativo 2014		2014	2016
000	008	Questionários SIMPES		2015	2017
000	003	Ofícios recebidos (Corregedoria, PGJ e de meio ambiente)		2015	2017
000	003	Ofícios recebidos 2015		2015	2017
000	001	Cargas de processos devolvidos e recebidos		2015	2017
200	035	Denúncias Disque 100		2015	2016
200	015	Comunicações flagrante		2015	2016
200	013	Ofício recebido e já juntado em autos judiciais		2014	2016
000	002	Ofícios expedidos em 2015		2015	2017
200	056	Infância (termos de audiência) 2015		2015	2017
200	013	Infância (petições) 2015		2015	2017
000	003	Infância (ofícios Conselho Tutelar) 2015		2015	2017
000	001	Carga de processos recebidos e devolvidos		2015	2017
200	015	Comunicações de flagrante		2015	2016
000	001	Cargas de processos recebidos e devolvidos		2015	2017
000	003	Ofícios recebidos 2015		2015	2017
000	008	Questionários SIMPES		2015	2017
000	008	Terceirizados (cópias) 2015		2015	2017
000	008	Administrativos 2015		2015	2017
200	009	Carta Precatória 05/2015		2015	2017
200	050	Notícias de Fato n.ºs 002, 003, 006, 015, 017, 026, 027, 028, 030, 032, 033 e 035 de 2014		2014	2017
200	050	Notícias de Fato n.ºs 005, 007, 008, 012, 018, 019, 020, 023 e 024 de 2015		2015	2018
200	066	PA 001/2014		2014	2018
200	050	Notícias de Fato n.ºs 47 a 72, 75 a 77, 79 a 82 e 85 a 88 de 2016		2016	2019
000	008	Questionários SIMPES		2016	2018
000	001	Carga de processos recebidos e devolvidos		2016	2018
000	002	- Ofícios expedidos 2016 (volume I – 001 a 230)	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2016	2018
000	003	Ofícios recebidos 2016		2016	2018
200	040	Cópia do IP0000962-97.2013.8.12.0005 (ref. a possível Ato infracional – despacho de arquivamento)		2016	2018
200	040	PA 003/2014		2014	2016
200	050	Notícia de Fato n.º 016/2014		2014	2017
200	050	Notícias de Fato n.ºs 004, 005 e 027/2015		2015	2018
200	050	Notícia de Fato Eleitoral n.º 004/2016		2016	2019
200	009	Carta Precatória n.º 07.2016.00009815-8		2016	2018
000	002	Ofícios expedidos 2016		2016	2018
000	003	Ofícios recebidos 2016		2016	2018
200	014	Formulários de visita EPA		2016	2018
000	002	Material e serviços 2016		2016	2018
200	081				
000	003	Ofícios recebidos PGJ 2016		2016	2018
000	001	Controle de processos eleitorais 2016		2016	2018



200	013	Peticionamento eletrônico/16	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2016	2018
200	071	Denúncias 2016		2016	2018
200	015	Comunicações flagrante		2016	2017
200	056	Infância (termos de audiência) 2016		2016	2018
000	003	Ofícios recebidos relacionados à Infância		2016	2018
000	003	Ofícios recebidos 2016		2016	2018
000	011	Certidões expedidas 2016		2016	2017
200	050	Notícias de fato de 2016		2016	2019
200	066	PA 002/2014		2014	2018
200	066	PA 001/2015		2015	2019
000	003	Oficio recebidos (volumes I e II) 2017		2017	2019
000	002	Ofícios expedidos (volumes I e II) 2017		2017	2019
000	003	Ofícios recebidos PGJ - 2017		2017	2019
200	066	Ped. Providências 809/2015		2015	2019
000	011	Certidões 2017		2017	2018
200	007	Notificações 2017		2017	2019
200	004	Termos/oitivas de declarações		2017	2019
000	001	Controle de carga de processos eleitorais		2017	2019
000	001	Controle de carga de processos		2017	2019
000	003	Ofícios recebidos eleitorais		2017	2019
000	002	Ofícios expedidos eleitorais		2017	2019
200	014	Formulários de visita EPA Relatórios de visita		2017	2019
200	047				
200	013	Peticionamento eletrônico/17		2017	2019
000	002	Material e serviços 2017		2017	2019
200	081				
000	003	Ofícios recebidos – Infância		2017	2019
200	015	Comunicações flagrante		2017	2018
200	056	Infância (termos de audiência) 2017		2017	2019
000	003	Ofícios recebidos – Meio ambiente		2017	2019
000	008	Relatório de atividades – mensal		2017	2019
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Millena Alves Ferreira Gonçalves de Oliveira – Técnica II A lista de eliminação de documentos foi aprovada pela Promotora de Justiça – Dra. Angélica de Andrade Arruda – 1ª Promotoria de Justiça de Aquidauana/MS. Data do preenchimento: 26/10/2020					



CAARAPÓ

EDITAL 0016/2020/02PJ/CRP

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA celebrado em 03 de agosto de 2020, tendo como compromitente o Ministério Público Estadual, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, e como compromissários o Celso Zaia, brasileiro, casado, portador do RG nº 388.735 SSP/PR e do CPF nº 042.217.108-53, residente e domiciliado na Rua José Ephifâneo Botelho, 554, na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo – SP; Hélio Zaia, brasileiro, casado, portador do RG nº 388.734 SSP/PR e do CPF nº 042.216.998-68, residente e domiciliado na Rua Vereador Carlos Julio Renóbio, 119, na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo – SP e; Ângelo Zaia, brasileiro, portador do RG nº 7.736.469 SSP/SP e do CPF nº 042.217.458-00, residente e domiciliado na Av. Tiradentes, 1430, na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo – SP, todos representados pelo advogado José Ângelo Zaia (OAB/SP 99.332), firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00002573-9, instaurado com objetivo de regularizar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada “Fazenda Pontal”. Os autos do referido procedimento, assim como a íntegra do Termo de Ajustamento de Conduta, podem ser integralmente acessados via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Caarapó-MS, 26 de outubro de 2020.

ARTHUR DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

FÁTIMA DO SUL

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a conversão dos autos de Procedimento Preparatório n. 06.2020.00000991-0 no Inquérito Civil Público n. 06.2020.00000991-0, que poderão ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil Público n. 06.2020.00000991-0

Requerente: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul

Requerida: Regina Lígia Pacheco Leopoldo

Assunto: “Apurar eventuais irregularidades na conduta praticada por Regina Lígia Pacheco Leopoldo no exercício de função de Conselheira Tutelar”.

Fátima do Sul-MS, 21 de outubro de 2020.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça designado

**PONTA PORÃ****PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL N.º 06.2020.00001212-6****PORTARIA N.º 01/2020**

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE n.º 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Preparatório Eleitoral - PPE; e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei n.º 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária do TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório Eleitoral, previsto e disciplinado na Portaria PGE n.º 01/2019, é o instrumento adequado para colher subsídios necessários à atuação do Ministério Público Eleitoral perante a Justiça Eleitoral, visando à propositura de medidas cabíveis em relação às infrações eleitorais de natureza não criminal, conforme art. 58 da referida Portaria;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público Eleitoral a informação de que o candidato a Prefeito de Antônio João, Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira (DEM), estaria realizando de forma reiterada o transporte de munícipes/eleitores para outras cidades, especialmente Ponta Porã, fato este noticiado por Roilson Brum Siqueira à Ouvidoria do Ministério Público, o que pode configurar conduta vedada prevista no artigo 73 da Lei n.º 9.504/97 e abuso do poder econômico;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL com o objetivo de apurar possível prática de condutas vedadas por parte de Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira, candidato a Prefeito de Antônio João pelo Democratas.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Oficie-se à Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul - AGEPAN, com fulcro no artigo 74, inciso II da Portaria PGE n.º 01/2019 solicitando que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis: a-) encaminhe cópia integral do(s) auto(s) de infração lavrado(s), no ano de 2020, em desfavor de Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira, portador do RG n.º 1192454 SSP/MS e CPF n.º 972.010.141-53; b-) informe o número de autuações em nome da referida pessoa nos últimos cinco anos, encaminhando os respectivos enquadramentos legais;
4. Intime-se, com fundamento no artigo 74, inciso IV da Portaria PGE n.º 01/2019 o denunciante Roilson Brum Siqueira, via telefone ou aplicativo de mensagens, para oitiva a respeito dos fatos em apuração, que ocorrerá pelo sistema Microsoft Teams, em razão da pandemia, no dia 30 de outubro de 2020 às 14h00min;
5. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se.

Ponta Porã, 24 de outubro de 2020.

THIAGO BONFATTI MARTINS
Promotor Eleitoral



COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

RIO NEGRO

EDITAL Nº 01/2020

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

.... faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2020, referente aos documentos da Promotoria de Justiça de Rio Negro, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Promotoria de Justiça de Rio Negro até o dia 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação.

Rio Negro, 26 de outubro de 2020

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro		PROCEDÊNCIA – Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro	
Órgão / Setor: Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro		Órgão / Setor Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe/Subclasse 000.011	Certidões expedidas	2015	2017
Classe/Subclasse 300.008	Termos de visita a estabelecimento penal, abrigo, lar do idoso, etc.	2015	2015
Classe/Subclasse 000.010	Relatórios de viagem	2016	2017
	Ofícios recebidos	2006	2016
	Ofícios expedidos	2008	2017
Classe/Subclasse 200.050	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018 as Notícias de Fato abaixo relacionadas já cumpriram seu prazo de guarda: 33/2015 51/2015 60/2015 63/2015 65/2015 71/2015 72/2015 76/2015 77/2015 78/2015 79/2015 80/2015 81/2015 82/2015 83/2015 84/2015 85/2015 86/2015 87/2015 88/2015 89/2015 90/2015 93/2015 94/2015 95/2015 97/2015 99/2015	2013	2016



	01/2014		
	02/2014		
	03/2014		
	04/2014		
	05/2014		
	06/2014		
	07/2014		
	09/2014		
	10/2014		
	11/2014		
	12/2014		
	13/2014		
	14/2014		
	15/2014		
	16/2014		
	19/2014		
	21/2014		
	22/2014		
	23/2014		
	24/2014		
	25/2014		
	26/2014		
	27/2014		
	28/2014		
	29/2014		
	30/2014		
	32/2014		
	33/2014		
	34/2014		
	35/2014		
	36/2014		
	38/2014		
	39/2014		
	40/2014		
	41/2014		
	42/2014		
	44/2014		
	45/2014		
	46/2014		
	47/2014		
	48/2014		
	49/2014		
	50/2014		
	51/2014		
	52/2014		
	55/2014		
	56/2014		
	82/2014		
	001/2013		
	002/2013		
	006/2013		
	007/2013		
	008/2013		
	009/2013		
	011/2013		
	012/2013		
	005/2013		
	01/2016		
	02/2016		
	04/2016		
	06/2016		
	35/2016		
	47/2016		
	57/2016		
	58/2016		
	61/2016		
	62/2016		
	63/2016		
	64/2016		
	65/2016		



	66/2016 67/2016 68/2016 69/2016 70/2016 71/2016 72/2016 73/2016 74/2016 75/2016 76/2016 77/2016 78/2016 79/2016 80/2016 81/2016 82/2016 83/2016 84/2016 85/2016 86/2016 03/2017 06/2017		
Classe/Subclasse 200.066	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018 os Procedimentos administrativos arquivados sem distribuição judicial abaixo relacionadas já cumpriram seu prazo de guarda: 003/2014 001/2013 001/2014 007/2014 002/2014	2013	2014
Classe/Subclasse 200.025	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018 os inquéritos civis sem distribuição judicial abaixo relacionadas já cumpriram seu prazo de guarda: 001/1994 006/1994 022/1995 003/1996 001/1997 004/1997 002/1999 01/2001 02/2001 003/2001 001/2003 116/2003 003/2004 004/2004 005/2004 006/2004 007/2004 33/2006	1994	2006
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Data do preenchimento: 26/10/2020			